

Educação financeira à luz da BNCC: concepções de docentes do ensino profissional e tecnológico¹

Richarles de Araújo Sousa²

ORCID: 0000-0002-9315-7642

Mário Sérgio Pedroza Lobão²

ORCID: 0000-0003-1835-5056

Renata Gomes de Abreu Freitas²

ORCID: 0000-0003-1243-6074

Resumo

Este estudo descreve os resultados de uma investigação a respeito das características do ensino da educação financeira, em uma das unidades de ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac). Nesse sentido, objetivou-se verificar e caracterizar, sob a perspectiva docente, se e como ocorre a prática transversal da educação financeira no currículo dos cursos técnicos integrados, observando se tais práticas correspondem ao estabelecido pela nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e de caráter exploratório, da qual participaram dezesseis docentes. Os dados foram coletados via aplicação de um questionário organizado com perguntas abertas e fechadas. A análise e interpretação dos dados baseou-se na metodologia de tematização. O estudo mostrou que a prática de educação financeira, à luz da nova BNCC ainda não foi implementada no locus de estudo e que ainda não há vestígios que apontem para iniciativas de inserção transversal da temática, o que acaba por desfavorecer a formação integral dos estudantes.

Palavras-chave

Educação financeira – BNCC – Formação integral – Transversalidade – Ensino médio integrado.

1- Os autores agradecem ao Instituto Federal do Acre (Ifac) pelo apoio financeiro.

2- Instituto Federal do Acre, Rio Branco, AC, Brasil. Contatos: richarles.sousa@gmail.com; mario.lobao@ifac.edu.br; renata.freitas@ifac.edu.br



<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349251296por>
This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY 4.0.

Financial education in the light of the BNCC: conceptions of professional and technological teachers

Abstract

This study describes the results of an investigation regarding the characteristics of financial education teaching, in one of the teaching units of the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Acre (IFAC). In this sense, the objective was to verify and characterize, from the teaching perspective, if and how the transversal practice of financial education occurs in the curriculum of integrated technical courses, observing whether such practices correspond to that established by the new National Common Curricular Base (BNCC). This is a qualitative approach research, of exploratory nature, in which sixteen teachers participated, the data being collected with the application of an organized questionnaire with open and closed questions. The analysis and interpretation of the data were based on the Thematization methodology. The study pointed out that the practice of financial education, in the light of the new BNCC, has not yet been implemented in the locus of study and that no traces yet point to transversal initiatives on the topic, which ends up disfavoring the integral training of students. Finally, the study indicated that stimulating actions to promote financial education in the curriculum of the integrated technical courses of IFAC is necessary, thus favoring the teaching and learning of the theme, which will contribute to an integrative education in the locus of study.

Keywords

Financial education – BNCC – Integral education – Transversality – Integrated high school.

Introdução

O documento que instituiu a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) teve sua versão final publicada em dezembro de 2018 e tem como objetivo a padronização de estratégias curriculares e de propostas pedagógicas a serem utilizadas nas escolas de ensino básico, empenhando-se, ainda, em garantir uma base essencial para a aprendizagem dos estudantes do ensino básico brasileiro.

Segundo o documento, essas estratégias devem incorporar ao currículo e às propostas pedagógicas das escolas abordagens com temas contemporâneos, preferencialmente nas formas transversais e integradoras, destacando-se, dentre outros temas, a educação para o consumo e a educação financeira (BRASIL, 2018b).

Corroborando o viés epistemológico da transversalidade, a fim de direcionar as instituições escolares rumo ao ensino integral, a atual BNCC propõe que a fragmentação radical do currículo seja superada, de forma que a escola decida sobre a melhor forma

de organização interdisciplinar dos componentes curriculares, adotando estratégias mais dinâmicas, colaborativas e interativas de ensino e aprendizagem.

Assim, as ações de implementação da educação financeira devem ser trabalhadas de modo coletivo, na forma de constituição de módulos didáticos ou produção de materiais pedagógicos, como planos de aula e projetos integrados às diversas áreas do conhecimento (BCB, 2018).

Considerando, então, a recente trajetória das políticas públicas voltadas à implementação da educação financeira, definiu-se o Programa Educação Financeira nas Escolas como a política pública responsável pela inserção transversal do ensino da temática na educação básica do país (BRASIL, 2018a).

Essa iniciativa, que estabeleceu a inserção obrigatória da educação financeira no currículo escolar brasileiro, foi apoiada pela nova BNCC e está prevista no atual Plano Nacional de Educação (PNE), que determinou imediata adequação das escolas a partir de 2020, tendo 2024 como prazo final para implementação de suas medidas (BRASIL, 2018a).

Para Figueiredo e Begosso (2020), a inserção curricular da educação financeira é aspecto fundamental para que os estudantes compreendam as melhores formas de gerir suas finanças pessoais e para que tomem decisões financeiras mais conscientes. Contudo, os estudos desenvolvidos por Souza *et al.* (2019) mostram que, em algumas escolas de ensino básico, a inserção curricular interdisciplinar, ou até mesmo disciplinar, da educação financeira tem sido negligenciada, apontando para uma realidade ainda vigente na maioria das escolas públicas do país.

Portanto, diante da necessidade e obrigatoriedade de implementação curricular da educação financeira, conforme disposto pelas políticas públicas educacionais vigentes e demais estudos sobre a importância da temática, torna-se importante averiguar indícios de mobilização, em favor da inserção curricular da temática no âmbito educacional local, sobretudo no Campus Sena Madureira do Instituto Federal do Acre (Ifac).

Esse campus está localizado na cidade de Sena Madureira, a aproximadamente 140 km da capital acreana, e teve suas atividades de ensino iniciadas em julho de 2010. Atualmente, centra-se na oferta dos cursos de bacharelado em Zootecnia, licenciatura em Física, técnicos subsequentes em Administração, Informática e, sobretudo, de cursos técnicos integrados ao ensino médio em Agropecuária e Informática.

A referida instituição dispõe de um conjunto de docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) que atuam em diversas áreas de formação, e são capacitados em vários níveis acadêmicos, variando desde a graduação até o doutorado. No caso desta pesquisa, foram coletadas informações de docentes com idade compreendida entre 26 e 70 anos, que ministram tanto disciplinas técnicas quanto básicas nos cursos técnicos integrados, além de atuarem em outros níveis de ensino na instituição.

À vista disso, é importante que se faça a seguinte indagação: as medidas de implementação curricular da educação financeira já estão se empreendendo no currículo do ensino médio integrado do Campus Sena Madureira do IFAC, conforme as orientações da nova BNCC?

Nesse sentido, em busca de obter informações a respeito da implementação curricular de forma transversal e integradora da educação financeira, este estudo se propôs a verificar e caracterizar, sob a perspectiva docente, se e como ocorre a prática

transversal da educação financeira no currículo dos cursos técnicos integrados do Campus Sena Madureira do IFAC, à luz da nova BNCC.

Procedimentos metodológicos

Este estudo estrutura-se sobre bases de abordagem com viés qualitativo e caráter exploratório (GIL, 2002; MINAYO, 2016). Para fins de atendimento ao objeto de estudo, foi encaminhado um convite a todos os docentes do Campus Sena Madureira do IFAC, via correio eletrônico institucional, para que eles respondessem a um questionário com perguntas abertas e fechadas. Do total dos participantes da pesquisa, obteve-se uma amostra de aproximadamente 37 por cento dos docentes.

Quanto à estrutura do questionário, inicialmente, foram coletadas informações pessoais, profissionais e acadêmicas dos docentes. Na segunda parte, obteve-se informações sobre a participação docente em projetos de ensino com temas transversais e seu conhecimento sobre as disposições da nova BNCC, a respeito da educação financeira. Na terceira parte, buscou-se caracterizar, sob a perspectiva docente, a ocorrência da educação financeira no currículo dos cursos técnicos integrados do campus.

Para análise e interpretação dos dados obtidos, utilizou-se a metodologia de tematização de Fontoura (2011), que, alicerçada pelo trabalho de Santos (2020), permitiu a apreensão dos núcleos de sentido contidos nas falas dos sujeitos, valorizando os aspectos qualitativos da pesquisa em educação. Para tal análise, percorreu-se uma trilha composta por sete etapas, necessárias à elaboração e análise dos temas encontrados, conforme os passos:

1º passo: houve a transcrição dos dados coletados a partir do questionário disponibilizado, o que possibilitou a importação dos dados para uma planilha eletrônica, na qual as perguntas e respostas foram automaticamente organizadas em linhas e colunas e, posteriormente, transcritas em arquivo de texto eletrônico;

2º passo: realizaram-se leituras minuciosas de todo o material, focando nos aspectos considerados de maior relevância;

3º passo: foram feitas as demarcações dos trechos que pareceram mais relevantes ao pesquisador, o que levou à delimitação do corpus de análise, partindo de recortes das unidades de registro presentes nas frases, palavras e ideias contidas no texto, agrupando-as de acordo com as ideias-chave encontradas pelo pesquisador;

4º passo: Propuseram-se temas para cada um dos agrupamentos de dados levantados, em que os trechos dos assuntos escolhidos no texto foram sublinhados para destacar o que se pretende evidenciar na pesquisa;

5º passo: definiram-se as unidades de contexto (trechos mais longos) e as unidades de significado (palavras ou expressões), para encontrar os núcleos de sentido da comunicação, contribuindo para a escolha do tema e sua compreensão;

6º passo: separaram-se as unidades de contexto e unidades de significado do corpus de análise, dispondo-os em quadros de análise com espaços destinados à compreensão e interpretação das falas;

7º passo: realizou-se a interpretação dos dados coletados, a partir dos quais foram feitas as devidas inferências, com base em pressupostos teóricos para a interpretação do material.

Desta forma, procedeu-se ao recorte das unidades de contexto que pareceram significativas ao pesquisador, o que levou à categorização dos trechos escolhidos e, conseqüentemente, ao levantamento de temas a partir das questões abertas do instrumento aplicado aos docentes.

Perspectivas docentes sobre a educação financeira no Campus Sena Madureira da IFAC

A partir da análise das respostas obtidas através do questionário, no qual foram abordadas tanto questões direcionadas à transversalidade do ensino quanto à caracterização da educação financeira, à luz da nova BNCC, observaram-se alguns aspectos que merecem destaque neste estudo e que serão abordados nos tópicos seguintes.

Como resultado da análise dos dados, via metodologia de tematização de Fontoura (2011), chegou-se aos seguintes temas: 1 – Concepções docentes sobre o ensino interdisciplinar e transversal; 2 – Insuficiência de oferta transversal da educação financeira; 3 – O papel da educação financeira na formação integral do estudante.

Para cada tema obtido, foram criados quadros contendo algumas respostas dos docentes que refletem a análise do material coletado. Para fazer referência às respostas, os participantes da pesquisa foram identificados com a letra “D” (Docente) seguida de ordenação numérica arábica (1, 2, 3...) para melhor representar suas respostas.

Tema 1 – Concepções docentes sobre o ensino interdisciplinar e transversal

A elaboração do primeiro tema proposto neste estudo partiu da análise das respostas às Questões 5 e 6 do instrumento disponibilizado aos participantes da pesquisa, o que contribuiu para a formação do tema “Concepções docentes sobre o ensino interdisciplinar e transversal”.

A Questão 5 versou sobre a participação dos docentes em projetos de ensino com temas transversais ao currículo do ensino médio integrado. Já a Questão 6, após breve contextualização sobre as principais características da nova BNCC, tratou de levantar informações sobre o conhecimento dos docentes a respeito da caracterização da educação financeira no ensino médio integrado do Ifac.

A Questão 6 subdividiu-se em “6-a” e “6-b”, com destaque para esta última, que buscou obter informações sobre o conhecimento dos docentes a respeito das características do ensino da educação financeira à luz da nova BNCC.

Das respostas dadas à Questão 5, aproximadamente 69 por cento dos docentes afirmaram não ter participado de projetos envolvendo educação financeira no Ifac. Das respostas proferidas às questões 6-a e 6-b, 62,5 por cento dos docentes relataram possuir algum conhecimento das disposições da nova BNCC, buscando aplicá-las em suas aulas, mas apenas pouco mais de 18 por cento afirmaram ter algum conhecimento sobre as formas de abordagem da educação financeira, nesse mesmo contexto.

Após análise de ambas as questões, foi possível dar origem à categoria “Integração curricular via ensino transversal e interdisciplinar”, conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Categoria para o tema “Concepções docentes sobre o ensino interdisciplinar e transversal”, baseada no método de tematização de Fontoura (2011)

<p>Questão 5: Em alguma oportunidade, você participou de projetos de ensino que trabalhassem conteúdos temáticos [...] de forma transversal [...] no ensino médio integrado no Ifac? [...]</p>	
<p>Unidade de contexto</p>	<p>Categoria</p>
<p>D8 - Sim. Quando trabalhei no Campus Tarauacá, <u>organizávamos atividades multidisciplinares</u> para os sábados letivos, <u>o que permitiu uma integração entre as áreas do conhecimento.</u></p> <p>D10 - <u>O ensino não é mais fragmentado, fechado em seus conteúdos específicos.</u> [...] Os temas transversais, ou seja, aqueles que perpassam, atravessam todas as outras áreas. Temos uma parte que é obrigatória e também uma parte que é diversificada. <u>Nesta parte diversificada podem ser incluídos projetos e pesquisas como temas transversais.</u></p>	<p>Integração curricular via ensino transversal e interdisciplinar</p>
<p>Questão 6-b: Você tem conhecimento de como deve se caracterizar o ensino da educação financeira, de acordo com a nova BNCC?</p>	
<p>Unidade de contexto</p>	
<p>D8 - <u>Deve ser trabalhada de forma multi e interdisciplinar nas diversas áreas do conhecimento: linguagens, matemática, ciências humanas e ciências sociais aplicadas.</u></p>	

Fonte: Dados da pesquisa.

Deste modo, após análise minuciosa das respostas obtidas nas Questões 5 e 6, e da devida composição do tema e categoria disposta no Quadro 1, segue-se com a análise do conteúdo coletado.

A categoria “Integração curricular via ensino transversal e interdisciplinar”

As unidades de contexto encontradas nas Questões 5 e 6 parecem fazer sentido quando se observa que a concepção do ensino integrado sugere o rompimento com o dualismo educacional, buscando a integração entre a formação geral e a preparação para o trabalho. Dessa forma, compreende-se que essa integração do ensino permite aos estudantes perceberem o mundo como uma unidade composta por dimensões interdisciplinares e transversais, e não apenas sob perspectiva reducionista do mercado capitalista, em que predominam os interesses da burguesia, detentora dos meios de produção (CIAVATTA; RAMOS, 2011).

Com base na análise do conteúdo das unidades de contexto apresentadas no Quadro 1, percebe-se a necessidade de um compromisso com o fortalecimento do ensino integrado e dos princípios que o orientam.

Isto deve contribuir para a superação da hierarquia que existe entre os diversos saberes da educação formal, provocando uma compreensão mais ampla que incorpore as diversas áreas do conhecimento. Deve-se destacar, também, a importância dada à organização de atividades que envolvam a possibilidade de integração entre as várias áreas do conhecimento e a superação do isolamento entre disciplinas escolares.

Em busca de atenuar os prejuízos decorrentes do isolamento disciplinar nos currículos escolares, algumas propostas de organização curricular têm surgido a partir de diversas alternativas e estratégias metodológicas de ensino, que se apresentam sob várias denominações distintas, como as propostas de aprendizagem baseadas em problemas, projetos e investigações temáticas, dentre outras (MOURA, 2012).

Tais estratégias metodológicas de ensino objetivam o rompimento nuclear dos currículos disciplinares e sua substituição por “[...] aspectos mais globalizadores e que abrangem a complexidade das relações existentes entre os ramos da ciência” (MOURA, 2012, p. 12). Dentre as possibilidades de superação do isolamento disciplinar e da fragmentação do ensino, inserem-se as atividades que envolvem propostas de ensino por meio de temas transversais.

A transversalidade do conhecimento ocorre através da abordagem interdisciplinar mediante uma ação didático-pedagógica conduzida, sobretudo, por projetos temáticos. Nesse contexto, a interdisciplinaridade presume uma transição dos métodos de uma disciplina à outra, ultrapassando-as, mas com a finalidade de manter um estudo temático particular, facilitando a organização coletiva e cooperativa dos trabalhos pedagógicos (BRASIL, 2013).

Na perspectiva de interdisciplinaridade, o ensino é capaz de superar a fragmentação dos saberes, permitindo uma “[...] interlocução entre os docentes e respectivas disciplinas que ministram, com vistas a um trabalho conjunto e integrado” (XAVIER; FERNANDES, 2019, p. 110). Desta forma, a interdisciplinaridade deve ser compreendida como um campo de interação que envolve a articulação de fundamentos gerais e específicos de várias disciplinas, cujo objetivo é a aquisição de conhecimentos mais abrangentes sobre determinada temática (MOURA, 2007).

A implementação da interdisciplinaridade deve expressar bem as noções, habilidades, finalidades e técnicas, de modo a favorecer o desenvolvimento da aprendizagem e dos saberes dos estudantes num movimento de integração curricular que abrange diversas áreas do conhecimento (FAZENDA, 2008).

Sob essa perspectiva, a interdisciplinaridade provoca mudanças de atitude quando a análise de determinada temática atravessa os conhecimentos presentes em diferentes disciplinas, observando a preservação dos métodos, objetivos e da autonomia particular de cada uma delas (MOURA, 2007).

Assim, como fundamento da transversalidade, o espaço interdisciplinar deve buscar sempre a negação e superação das fronteiras disciplinares, num movimento de

cooperação, coordenação e interação entre os diversos componentes curriculares da escola (JAPIASSU, 1976).

Daquilo que foi observado nas unidades de contexto e categoria apresentadas no Quadro 1, percebe-se que a explanação contida no referencial teórico reforça a percepção dos docentes sobre a importância do ensino interdisciplinar e transversal, particularmente quando se observam as falas dos docentes “D8” e “D10” no Quadro 1.

Tema 2 – Insuficiência de oferta transversal da educação financeira

Embora as discussões sobre a introdução da educação financeira nas escolas tenham tomado maiores proporções nos últimos anos, esse tema ainda é considerado bastante novo devido à sua recente inserção nos documentos oficiais de educação (CORDEIRO; COSTA; SILVA, 2018; SILVA; SELVA, 2018).

Após sua inserção como um dos temas de abordagem contemporânea da nova BNCC, a educação financeira vem sendo tratada de forma mais sólida como política pública, buscando contribuir com o amadurecimento das competências financeiras pessoais e o desenvolvimento cidadão dos estudantes (VIEIRA; MOREIRA JUNIOR; POTRICH, 2019). A partir disso, cabe aos sistemas de ensino municipais, estaduais e federais incorporar conteúdos de educação financeira em seus currículos escolares a partir de 2020, devendo sua inserção no sistema educacional ser totalmente concluída até 2024 (BRASIL, 2018a, 2018b).

Tomando por base o posicionamento dos docentes participantes desta pesquisa, 87,5 por cento disseram não ter observado grandes empenhos em torno da inserção da educação financeira no Ifac, enquanto 12,5 por cento afirmaram observar poucas ou superficiais ações desenvolvidas nesse sentido. Disso, destaca-se a fala do docente “D8”, cujo discurso originou a categoria “Inadequação da educação financeira à luz da nova BNCC” e o tema “Insuficiência de oferta transversal da educação financeira”, como pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2 – Categoria para o tema “Insuficiência de oferta transversal da educação financeira”, a partir da tematização de Fontoura (2011)

Questão 9: Ainda quanto à educação financeira, você tem observado algum empenho em torno dessa temática por parte dos coordenadores de cursos, coordenações pedagógicas, gestores ou demais profissionais técnicos e/ou docentes do Ifac?	
Unidade de contexto	Categoria
D8 - Bem, se estamos falando da BNCC, devemos lembrar que ainda <u>não há uma adequação curricular dos Institutos Federais.</u>	Inadequação da educação financeira à luz da nova BNCC

Fonte: Dados da pesquisa.

A categoria “Inadequação da educação financeira à luz da nova BNCC”

As lacunas deixadas pela deficiência na adequação da educação financeira, à luz da nova BNCC, não é uma particularidade do lócus de estudo. Nos últimos anos, discussões sobre a educação financeira têm conquistado alguns espaços no cenário da educação nacional apesar de caracterizar-se, sobretudo, como um tema que proporciona raras oportunidades para que se discutam abordagens de práticas escolares que envolvam a referida temática (LUZ; SANTOS; JUNGER, 2020).

Apesar da constante evolução do processo de implementação, os sistemas de ensino do país enfrentam dificuldades para determinar os temas e as estratégias que deverão ser adotadas para o ensino de educação financeira a estudantes, oriundos dos mais diversos grupos populacionais do país (VIEIRA; MOREIRA JUNIOR; POTRICH, 2019).

Segundo Theodoro, Gindro e Colenci Júnior (2010), Rebello e Rocha Filho (2015), Souza *et al.* (2019) e Batista (2019), as ações de Educação Financeira praticadas no universo escolar se caracterizam, sobretudo, na forma de projetos de ensino e extensão, dentre outras ações didáticas. Essas ações são realizadas principalmente em Institutos Federais de Educação e demais instituições de ensino técnico e tecnológico do país, e apresentam-se diretamente ligadas ao desenvolvimento de pesquisas de pós-graduação *stricto sensu*.

A apreciação dos resultados apresentados até aqui mostra que existe coerência entre as informações apresentadas por Luz, Santos e Junger (2020) e Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019) a respeito da limitação de ações e estudos envolvendo práticas transversais de educação financeira nas escolas de ensino básico do país.

Isto corrobora também os resultados obtidos através da análise do questionário, em que os participantes da pesquisa informaram não observar qualquer iniciativa institucional em torno da inserção da educação financeira, à luz da nova BNCC, no currículo dos cursos no ambiente pesquisado.

Então, acredita-se que, assim como observado em âmbito local, essas características podem abranger outras instituições educacionais de ensino básico do país, o que compromete a formação integral dos estudantes.

Tema 3 – O papel da educação financeira na formação integral do estudante

A Questão 10, cujo conteúdo das respostas originou o tema “O papel da educação financeira na formação integral do estudante”, buscou averiguar, em um primeiro momento, os índices de envolvimento dos docentes com o ensino da educação financeira e, em um segundo momento, a possibilidade de envolverem suas disciplinas à referida temática. Portanto, a questão se constituiu em duas partes, uma complementando a outra.

A primeira parte da questão teve como finalidade a coleta de informações sobre a participação dos docentes em possíveis atividades de ensino envolvendo educação financeira no ensino médio integrado. Ao responderem, 87,5 por cento dos docentes afirmaram nunca ter participado de tais práticas; e os respondentes não inseridos nesta maioria omitiram-se sobre sua participação ao proferirem suas respostas.

Já na segunda parte da questão, que tratou da possibilidade de integração entre as áreas de ensino dos docentes com a educação financeira, foram selecionadas como falas significantes aquelas proferidas por “D8”, “D9”, “D11” e “D13”, tomando-as, então, como unidades de contexto. Por consequência, foram originadas as categorias “Educação financeira e formação integral”, “A importância do ensino da educação financeira na matemática” e “educação financeira e sustentabilidade”, conforme exposto no Quadro 3.

Quadro 3 – Categorias para o tema “O papel da educação financeira na formação integral do estudante” com base na tematização de Fontoura (2011)

Questão 10: Você já participou de alguma atividade de ensino que envolvesse conteúdos de educação financeira no ensino médio integrado, ou acredita que exista a possibilidade de integração entre os conteúdos da sua área de ensino com a Educação Financeira?	
Unidade de contexto	Categoria
D8 – Sempre acreditei em uma <u>formação para a vida em todos os aspectos, incluindo o financeiro.</u>	Educação financeira e formação integral
D9 - Nunca participei de nenhuma atividade neste sentido, mas <u>acredito que possa ser trabalhada junto com a matemática sim, com certeza.</u> D11 - <u>Existe a possibilidade de integração da matemática financeira com a educação financeira.</u>	A importância do ensino da educação financeira na Matemática
D13 - Há possibilidade [...]. <u>Nos conteúdos de ecologia, nos temas de sustentabilidade e meio ambiente.</u>	Educação financeira e sustentabilidade

Fonte: Dados coletados na pesquisa, 2021.

A categoria “Educação financeira e formação integral”

Analisando a unidade de contexto relacionada à categoria “Educação financeira e formação integral”, em que a fala de “D8” denota convicção em uma formação voltada à emancipação dos estudantes em todos os aspectos possíveis, inclusive financeiros, percebe-se que o conteúdo do discurso tem harmônica relação com as concepções de formação humana integral, omnilateralidade e politecnicidade de Marx e Engels, bem como da escola unitária de Gramsci (MOURA, 2013).

A concepção de integração do ensino figura-se como uma necessidade à emancipação humana, baseada num processo educativo que congrega todos os aspectos da vida, aspirando a uma formação omnilateral dos sujeitos (RAMOS, 2014). Nesse sentido, a formação integral deve possibilitar tanto a aquisição de conhecimentos científicos, quanto

o estímulo a reflexões críticas sobre os padrões de cultura que constituem a conduta dos diversos grupos que compõem a sociedade (TAVARES *et al.*, 2016).

Segundo as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e BNCC, o ensino médio deve comprometer-se com o princípio da educação integral e favorecer o desenvolvimento de aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais além da construção do projeto de vida dos estudantes. Com isto, as políticas educacionais buscaram firmar seu compromisso com os princípios da justiça, ética, autonomia, cidadania e com o ensino integral na educação básica do país (BRASIL, 2018b, 2018c).

Foi nesse contexto de integração que a BNCC inseriu a educação financeira ao itinerário formativo “ciências humanas e sociais aplicadas”, apensada particularmente à categoria “trabalho”. Tal inserção buscou cooperar com a aprendizagem crítica dos estudantes, contribuindo para a ampliação do entendimento sobre as configurações do trabalho, mutações das relações de emprego entre trabalhadores e setores produtivos, concentração de riqueza e consequentes efeitos da distribuição de renda sobre as desigualdades sociais no Brasil (BRASIL, 2018b).

Nesse sentido, para contribuir com a aprendizagem crítica da educação financeira e, portanto, com a educação integral, o educador deve observar que a produção ou construção do conhecimento deve ocorrer através do estímulo à curiosidade e da capacidade crítica de análise dos estudantes. Essa criticidade deve sempre partir da observação, delimitação e cisão do objeto, de modo que o estudante possa questioná-lo e problematizá-lo para melhor compreendê-lo (FREIRE, 1996).

Portanto, para desenvolver o senso crítico, reflexivo e ético dos estudantes, os procedimentos de ensino e aprendizagem de quaisquer conteúdos, incluindo os de educação financeira, devem envolver o compromisso docente com a formação humana integral, crítica e com a transformação social (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015).

A categoria “A importância do ensino da educação financeira na matemática”

Partindo então para discussões sobre as respostas obtidas na Questão 10, acerca da participação dos docentes em atividades de ensino envolvendo educação financeira, houve uma unanimidade de respostas negativas. Ou seja, do total de docentes incluídos na pesquisa, todos eles afirmaram não ter participado de atividades de ensino que envolvessem educação financeira no âmbito do ensino médio integrado.

Das respostas proferidas ao item, destacam-se as falas dos docentes “D9” e “D11”, que afirmaram nunca ter participado de qualquer atividade de ensino envolvendo a temática educação financeira em suas disciplinas, apesar de ambos atuarem no ensino de matemática.

Tal constatação tem importante destaque nesta pesquisa pois, habitualmente, a educação financeira tem se apresentado de forma vinculada à matemática financeira, colaborando efetivamente com o processo de tomada de decisões financeiras dos sujeitos (ROSSETTO, 2019).

Esta vinculação ocorre, porque o processo para a tomada de decisões financeiras envolve uma grande quantidade de elementos importantes que requerem, dentre outras,

habilidades matemáticas que favoreçam uma escolha racional dentre as possibilidades de consumo, permitindo que os sujeitos façam uma análise crítica e numérico-orçamentária sobre suas próprias despesas (BARONI; MALTEMPI, 2019).

Tamanha é a importância atribuída à educação financeira no âmbito da matemática que a nova BNCC propôs a inserção de conceitos básicos sobre finanças e economia na unidade temática “Números”, possibilitando o fomento às discussões sobre diversos assuntos, como aplicações financeiras, impostos, inflação e taxas de juros (BRASIL, 2018b).

Além disso, a inserção da referida unidade temática buscou o favorecimento de estudos interdisciplinares e o aprofundamento de conceitos sobre as dimensões sociais, culturais, políticas, psicológicas, econômicas, trabalhistas, monetárias e sobre o consumo no ensino básico nacional (BRASIL, 2018b).

Por conta do elevado nível de benefícios oferecidos pela inserção da educação financeira no ensino básico e para a formação humana em todas as suas dimensões, torna-se “[...] imprescindível para a sociedade e para os jovens estudantes o estudo da educação financeira nas aulas de matemática” (ARGÔLO, 2018, p. 19).

Por si só, a inserção do ensino da educação financeira no currículo de matemática não pode ser considerada como mecanismo suficiente para suprir a necessidade de conhecimentos sobre finanças pessoais. Contudo, o uso da matemática representa uma importante ferramenta para auxiliar na quantificação dos gastos individuais e familiares, sendo ela necessária ao controle das ações de consumo e investimento, essenciais ao comportamento emancipador dos estudantes (SALEH; SALEH, 2013).

Pode-se, então, constatar a relevância social do ensino da educação financeira no desenvolvimento integral dos estudantes, especialmente quando se integra ao currículo do ensino de matemática.

A categoria “Educação financeira e sustentabilidade”

Ao analisar a unidade de contexto representada pelo discurso de “D13”, destaca-se a possibilidade de haver um diálogo entre a educação financeira e os temas sustentabilidade e meio ambiente, o que levou à constituição da categoria “Educação financeira e sustentabilidade”. Mas antes de tecer quaisquer considerações sobre esta categoria, é primordial que se observe a definição do termo sustentabilidade.

O termo sustentabilidade pode ser definido como a capacidade de interação racional entre o comportamento humano, quando de sua busca por satisfazer suas necessidades de consumo, e o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. Essa interação deve viabilizar o atendimento das necessidades de consumo, mas, ao mesmo tempo, deve buscar a preservação do meio ambiente, resultando em mínimos impactos às futuras gerações (FRANCISCHETTI; CAMARGO; SANTOS, 2014).

Em relação ao uso dos recursos naturais, sob o ponto de vista econômico, Nogami (2012) os classifica como um dos fatores de produção essenciais à disponibilização de bens e serviços aos consumidores em geral. Também conhecido como fator “terra”, os recursos naturais podem ser compreendidos como aqueles existentes na natureza e representados pelos recursos minerais, hídricos e pelas florestas, dentre outros elementos pré-existentes no meio ambiente.

Vasconcellos (2006) esclarece que os recursos naturais, como qualquer outro fator de produção, são recursos escassos, portanto finitos, e por isto deve-se fazer o emprego racional de suas propriedades, a fim de atingir maiores níveis de satisfação das necessidades e desejos da sociedade. Em razão de tal escassez, considera-se de importante valia a implementação da educação financeira para o consumo sustentável de bens e serviços, produzidos a partir do emprego dos recursos naturais que, por sua natureza, são limitados.

Orientar os estudantes sobre o consumo moderado, consciente e responsável é tarefa primordial para evitar práticas de consumo excessivo e o desperdício. Isto acaba por estimular a conscientização ecológica, contribuindo também para o desenvolvimento tecnológico e crescimento sustentável da economia, além de considerar a inclusão social e a conservação do meio ambiente (DANTAS, 2015).

Para isto, é necessário que a educação financeira seja contextualizada e que articule teoria e prática, além de estabelecer conexões interdisciplinares com as ciências da natureza. Isto faz com que o estudante perceba que a educação financeira não se limita apenas à compreensão dos recursos financeiros em si, mas que também importa o uso consciente dos recursos naturais, a fim de evitar ou reduzir a degradação ambiental causada pelo consumo irracional (FRANZONI; QUARTIERI, 2020).

Desta forma, os estudantes serão capazes de compreender que as ações de consumo que agridem o meio ambiente, por consequência, provocam ações nocivas à sociedade, já que ambos fazem parte de um mesmo ecossistema e, portanto, representam uma relação única e simbiótica (LUZZI; BAIER, 2019).

Como visto, as contribuições da educação financeira vão além da simples construção das capacidades de gerenciamento das finanças pessoais. No contexto da sustentabilidade, educação financeira se revela pertinente e integrada ao consumo consciente e à preservação do patrimônio ecológico disponível na natureza, o que demonstra a importância da temática para a formação de um consumo ético, crítico e reflexivo dos estudantes.

Considerações finais

Em suma, este estudo buscou verificar e caracterizar, sob a perspectiva docente, se e como ocorre a prática transversal da educação financeira no currículo dos cursos técnicos integrados do Campus Sena Madureira do Ifac, à luz da nova BNCC. Para tanto, foi realizada uma construção temática a partir das falas dos participantes da pesquisa, as quais foram analisadas com base na metodologia de tematização de Fontoura (2011), contribuindo satisfatoriamente para o alcance dos objetivos pretendidos neste estudo.

A respeito das concepções docentes relacionadas às práticas educacionais contidas na nova BNCC, os participantes da pesquisa afirmaram possuir conhecimentos a respeito das características, formas e demais configurações de ensino, dispostas no referido instrumento normativo, buscando aplicá-las nas aulas de suas disciplinas. Contudo, mesmo os docentes afirmando observar as disposições vigentes na nova BNCC, não se verificaram ações ou atividades de ensino que caracterizassem alguma forma de integração curricular através da interdisciplinaridade.

Embora os docentes afirmem ter compreensão sobre a importância da integração curricular, através do ensino transversal e interdisciplinar dos conteúdos escolares e de terem conhecimento sobre a nova BNCC, observou-se uma ausência de sua participação em projetos ou outras atividades de ensino que integrassem a educação financeira no âmbito do ensino médio integrado. Tampouco mostraram ter algum conhecimento sobre as formas de abordagem transversal e integradora da temática, conforme disposto na nova BNCC.

Quando questionados sobre o estímulo à educação financeira transversal no ensino médio integrado, a narrativa dos docentes indica não haver expressivos empenhos advindos dos profissionais em educação do Ifac. Isso demonstra uma insuficiência na implementação da temática no ambiente estudo e, dessa forma, a não promoção do desenvolvimento humano integral, crítico e reflexivo, necessário à transformação social dos estudantes.

Nem mesmo no âmbito do ensino de matemática, que habitualmente integra o ensino da educação financeira, apresentando-se como ferramenta essencial à emancipação dos estudantes, constatou-se algum vestígio de implementação em consonância com os instrumentos normativos vigentes, que obrigam a inserção transversal da temática nas escolas de ensino básico.

No âmbito da sustentabilidade, verificou-se a possibilidade de integração entre uma educação financeira voltada ao consumo consciente e à preservação do patrimônio ecológico disponível na natureza, conferindo uma importante contribuição da temática para a sustentabilidade do meio ambiente e, conseqüentemente, para a formação crítica, reflexiva e sustentável dos estudantes. Ainda assim, não houve qualquer menção a respeito de sua implementação no ambiente de estudo.

Destarte, pouco ou nenhum esforço tem sido percebido em relação à implementação transversal e integradora da educação financeira no ambiente de estudo, embora os docentes tenham afirmado dispor de conhecimentos sobre as características, formas e demais configurações do ensino à luz da nova BNCC, aplicando-as nas aulas de suas disciplinas.

Partindo para uma visão mais holística a respeito da prática de educação financeira no lócus de estudo, percebe-se que as ações de ensino transversais e integradoras, conforme disposto na nova BNCC, ainda não foram implementadas. Além disso, não foram observadas nas falas dos participantes da pesquisa qualquer vestígio que indicasse futuras iniciativas de inserção da temática no currículo escolar, o que, inevitavelmente, desfavorece a formação integral dos estudantes.

Por fim, é necessário incentivar ações que promovam o ensino da educação financeira, no currículo dos cursos técnicos integrados do Ifac, para que se cumpra com aquilo que estabelece a nova BNCC, contribuindo, ainda, com práticas educativas integradoras que favoreçam o ensino e a aprendizagem da temática.

Referências

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 21 jan. 2021.

ARGÔLO, Patrícia Santana de. **Educação financeira na sala de aula**: uma proposta metodológica para o ensino da matemática no ensino médio. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Exatas) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2018. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2492/1/2018PatriciaSantanadeArgolo.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2021.

BARONI, Ana Karina Cancian; MALTEMPI, Marcus Vinícius. Os espaços da educação financeira na formação de professor de matemática em uma instituição federal de São Paulo. **Revemop**, Ouro Preto, v. 1, n. 2, p. 248-265, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/revemop/article/view/1765>. Acesso em: 5 jan. 2021.

BATISTA, João Paulo Monteiro. **Educação financeira**: contribuições de uma proposta de prática pedagógica integradora para o fortalecimento do ensino médio integrado. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Olinda, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/133>. Acesso em: 5 jul. 2022.

BCB. Banco Central do Brasil. Educação financeira nas escolas: desafios e caminhos. *In*: BCB. Banco Central do Brasil. **Relatório de Cidadania financeira**. Brasília, DF: BCB, 2018. p. 119-127. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf. Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. Deliberação nº 19, de 16 de maio de 2017. Estabelece diretrizes para o Programa Educação Financeira nas Escolas, durante a vigência do programa e ações de educação financeira no âmbito da Estratégia Nacional de Educação financeira (ENEF). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 fev. 2018a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/deliberacao-n-19-de-16-de-maio-de-2017-4707271>. Acesso em: 7 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018b. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 nov. 2018c. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622#:~:text=1%C2%BA%20A%20presente%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20atualiza,pela%20Lei%20n%C2%BA%2013.415%2F2017.&text=2%C2%BA%20da%20Lei%20n%C2%BA%209.394%2F1996%20\(LDB\)](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622#:~:text=1%C2%BA%20A%20presente%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20atualiza,pela%20Lei%20n%C2%BA%2013.415%2F2017.&text=2%C2%BA%20da%20Lei%20n%C2%BA%209.394%2F1996%20(LDB).). Acesso em: 14 out. 2020.

ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45/42>. Acesso em: 25 fev. 2020.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos; SILVA, Marcio Nascimento da. Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841>. Acesso em: 5 jan. 2021.

DANTAS, Luciana Troca. Educação financeira e sustentabilidade. *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA (EMBRAPEM), 19., 2015, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: UFJF, 2015. Disponível em: https://www.ufjf.br/embrapem2015/files/2015/10/gd15_Luciana_Dantas.pdf. Acesso em: 6 jan. 2021.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. *In*: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. p. 17-28.

FIGUEIREDO, Gabriele Barrilli; BEGOSSO, Luiz Carlos. Educação financeira: um jeito mais prático de aprender. **Revista Intelecto**, Assis, v. 3, p. 1-10, 2020. Disponível em: https://www.fema.edu.br/images/Intelecto2020/EDUCA%C3%87%C3%83O_FINANCEIRA__UM_JEITO_MAIIS_PR%C3%81TICO_DE_APRENDER.pdf. Acesso em: 25 jan. 2020.

FONTOURA, Helena Amaral da. Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa qualitativa. *In*: FONTOURA, Helena Amaral da (org.). **Formação de professores e diversidades culturais: múltiplos olhares e pesquisa**. Niterói: Intertexto, 2011. p. 61-82.

FRANCISCHETTI, Carlos Eduardo; CAMARGO, Lumila Souza Girioli; SANTOS, Nilcéia Cristina dos. Qualidade de vida, sustentabilidade e educação financeira. **Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep**, Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 33-47, 2014. Disponível em: <http://www.reficontunimep.com.br/ojs/index.php/Reficont/article/view/17/16>. Acesso em: 18 jan. 2021.

FRANZONI, Patrícia; QUARTIERI, Marli Teresinha. Educação financeira e sustentabilidade na formação inicial dos futuros professores de matemática. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 11, n. 32, p. 188-212, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3865/3570>. Acesso em: 18 jan. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LUZ, Jefferson Oliveira Cristovão da; SANTOS, Marcio Eugen Klingenschmid Lopes dos; JUNGER, Alex Paubel. Educação financeira: um estudo de caso com jovens do ensino médio na cidade de São Paulo. **Revista de Ensino de Ciência e Matemática**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 199-211, 2020. Disponível em: <http://revistapos.cruzeirosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/2453/1274>. Acesso em: 28 set. 2020.

LUZZI, Patricia Adriane; BAIER, Tânia. **Educação financeira e educação ambiental**: consumismo e ensino de matemática. 2019. (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/567303?mode=full>. Acesso em: 6 jan. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 7, p. 1-19, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6702>. Acesso em: 1 out. 2019.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481549273001>. Acesso em: 11 dez. 2019.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/c5JHHJqdxYtnwVvnGfdkztG/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2018.

NOGAMI, Otto. **Economia**. 1. ed. Curitiba: Iesde Brasil, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Formação pedagógica, v. 5). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

REBELLO, Ana Paula; ROCHA FILHO, João Bernardes da. Educação financeira: uma proposta pedagógica para alunos do ensino médio politécnico. **Holos**, Natal, v. 6, p. 308-314, 2015. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3645/1231>. Acesso em: 2 abr. 2020.

ROSSETTO, Júlio César. **Educação financeira crítica**: a gestão do orçamento familiar por meio de uma prática pedagógica na educação de jovens e adultos. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Exatas) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2019. Disponível em: <https://www.maratona.univates.br/bdu/handle/10737/2490>. Acesso em: 5 jan. 2021.

SALEH, Abdala Mohamed; SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira. O elemento financeiro e a educação para o consumo responsável. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 189-214, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v29n4/a09v29n4.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

SANTOS, Georgianna Silva dos. **Investigação sobre a temática alimentação**: percepções de docentes em formação continuada. 2020. Tese (Doutorado em Ensino em Biociências e Saúde) – Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43259>. Acesso em: 23 fev. 2020.

SILVA, Ingrid Teixeira da; SELVA, Ana Coêlho Vieira. Programa de educação financeira nas escolas – ensino médio: uma análise das orientações contidas nos livros do professor e suas relações com a matemática. **Revista de Ensino de Ciência e Matemática**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 140-157, 2018. Disponível em: <http://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/1293>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SOUZA, Demson Oliveira *et al.* Contribuições da educação financeira para alunos do ensino técnico integrado de nível médio. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 6., 2019. **Anais eletrônicos...** [S. l.]: Realize, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/59678>. Acesso em: 2 abr. 2020.

TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento *et al.* Educação profissional e currículo integrado a partir de eixos estruturantes no ensino médio. *In*: MOURA, Dante Henrique (org.). **Educação profissional**: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas. Natal: IFRN, 2016. p. 169-186.

THEODORO, Flavio Roberto Faciolla; GINDRO, Wagner; COLENCI JUNIOR, Alfredo. A educação econômico-financeira como tema transversal nos cursos de tecnologia. *In*: WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, 5., 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Centro Paula Souza, 2010. Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/anais/2010/trabalhos/gestao-e-desenvolvimento-da-formacao-tecnologica/trabalhos-completos/theodoro-flavio-roberto-faciolla.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia micro e macro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, Kelmara Mendes; MOREIRA JUNIOR, Fernando de Jesus; POTRICH, Ani Caroline Grigion. Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item, 2019. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, p. 1-33, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v40/1678-4626-es-40-e0182568.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

XAVIER, Thays Ribeiro Torres Magalhães; FERNANDES, Natal Lânia Roque. Educação profissional técnica integrada ao ensino médio: considerações históricas e princípios orientadores. **Educitec**, Manaus, v. 5, n. 11, p. 101-113, 2019. Disponível em: <http://200.129.168.14:9000/educitec/index.php/educitec/article/view/710/291>. Acesso em: 27 jan. 2020.

Recebido em: 19.04.2021

Aprovado em: 03.08.2021

Editora: Márcia Aparecida Jacomini

Richarles de Araújo Sousa é mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac) e graduado em ciências econômicas pela Universidade Federal do Acre (Ufac).

Mário Sérgio Pedroza Lobão é doutor em desenvolvimento regional e agronegócio (UNIOESTE) e docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Acre (Ifac).

Renata Gomes de Abreu Freitas é doutora em ensino de biociências e saúde pelo Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz) e docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Acre (Ifac).